



### LEMATIZAÇÃO VERBAL EM LÍNGUA INDÍGENA BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE FAZERES LEXICOGRAFICOS

Carlos Eduardo da Silva Ferreira (UNESP)<sup>1</sup>  
[karloseduardoo@yahoo.com.br](mailto:karloseduardoo@yahoo.com.br)

Cristina Martins Fargetti (UNESP)<sup>2</sup>  
[cmfarget@gmail.com](mailto:cmfarget@gmail.com)

**RESUMO:** Este texto procura explicitar, de um ponto de vista teórico-prático, um debate relacionado ao cenário dos estudos das Ciências do léxico, com foco na Lexicografia. Situamos, também, este nosso texto, junto aos estudos em Línguas indígenas. Focalizamos aqui uma proposta sobre a lematização da categoria verbal na língua juruna (yudjá), uma língua indígena brasileira da família juruna, tronco tupi. A partir de certas decisões tomadas por dicionaristas, a respeito de outras línguas, procuramos trazê-las a fim de discutir as escolhas tomadas para as entradas de verbos na montagem do dicionário bilíngue Juruna-Português, projeto previsto como resultado a longo prazo dos trabalhos realizados com os juruna, no qual se dedicam alguns colaboradores, inclusive indígenas da comunidade. Fazemos, assim, por meio deste ponto de partida, movimentos analíticos que discutem questões sobre tipologizações linguísticas de línguas que fogem de um rol comum da cultura ocidental, assim como também traçamos debates sobre questões de ordem teórico-metodológica ligadas à sistematização do fazer lexicográfico. Tendo em vista a dificuldade encontrada em lematizar uma classe gramatical em línguas com afixos que se distinguem do que pode ser encontrado nas línguas europeias, amplamente já dicionarizadas, este texto pode contribuir para o fazer lexicográfico de línguas minoritárias e mesmo minorizadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** lematização; verbos; língua indígena; juruna<sup>3</sup>

**ABSTRACT:** This text seeks to explain, from a theoretical-practical point of view, a debate related to the lexical science studies scenario, focusing on Lexicography. We also place this text, together with studies in indigenous languages. We focus here a proposal on the lemmatization of the verbal category in the Juruna language (yudjá), a Brazilian indigenous language of the Juruna branch, Tupian family. Based on certain decisions made by dictionaries in relation to other languages, we try to bring them in order to discuss the choices made for the entries of verbs in the assembly of the bilingual Juruna-Portuguese dictionary, a predicted project as a long-term result of the work done with the Juruna, in which some collaborators, including indigenous people of the community, are dedicated. Thus, through this starting point, we make analytical movements that discuss questions about the linguistic typologies of languages that escape a common role of Western culture, as well as discuss debates about theoretical and

<sup>1</sup> Doutor em Linguística (2019) pela UNESP, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.  
[karloseduardoo@yahoo.com.br](mailto:karloseduardoo@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Livre Docente em Línguas Indígenas (2015). Líder do grupo LINBRA pelo CNPq. Docente da UNESP, em RDIDP, no Departamento de Linguística, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.  
[cmfarget@gmail.com](mailto:cmfarget@gmail.com)

<sup>3</sup> Agradecimentos: - ao povo juruna, do Parque Indígena do Xingu, MT, pela acolhida costumeira, pelo apoio ao projeto - às agências de fomento, que, direta ou indiretamente, apoiaram a pesquisa para este trabalho: CAPES, IPHAN, CNPq - ao ISA, pela infraestrutura em área indígena.

Este texto constitui versão adaptada e revisada de Ferreira (2012), monografia de final de curso, não publicada até o momento



methodological questions related to the systematization of lexicographic making. In view of the difficulties encountered in lemmatizing a grammatical class in languages with affixes that differ from what can be found in European languages, widely used in dictionaries, this text can contribute to the lexicographical rendering of minority and even minorized languages.

**KEY-WORDS:** lemmatization; verbs; indigenous language; Juruna

## 1. Introdução

A confecção de um dicionário sempre gera polêmicas a respeito de decisões a serem tomadas pelo lexicógrafo. Estas se baseiam – *a priori* – nas escolhas teórico-metodológicas prévias. O que entendemos por dicionário? Por que tomar certas escolhas ao invés de outras? Como conciliar (são passíveis de conciliação?) as diferentes abordagens de descrição do léxico?

Este texto aborda pontos críticos de *engendramentos dicionarísticos* – se podemos assim chamar – da história do ato do *fazer* um dicionário, para que possamos discutir escolhas a serem tomadas para as entradas de verbos na montagem do dicionário bilíngue Juruna-Português, previsto como resultado de projeto a longo prazo, no qual se dedicam alguns colaboradores, inclusive indígenas da comunidade.

Nosso foco aqui está em discutir a entrada dos verbos no dicionário (lematização) juruna, tendo a história lexicográfica como contribuinte para determinadas escolhas na produção de dicionários atualmente, seja para língua materna, seja para língua estrangeira, léxicos especializados, grupos semânticos, e em sistematizações para línguas que caminham para uma primeira publicação dicionarística.

Em nosso horizonte de conteúdos, estamos lidando com os estudos da Linguística direcionados às áreas da Lexicografia e das Línguas Indígenas.

Na pretensão de discutir a entrada dos verbos em juruna no dicionário (lematização) centralizamos importantes reflexões de como a história lexicográfica contribui para determinadas escolhas na produção de dicionários nos dias de hoje.



Assim, estes nossos andares pontuam como determinados procedimentos lexicográficos estão envolvidos por certas concepções e certos entendimentos do domínio linguístico-interacional.

## **2. Lematizar? O que se entende por lematização?**

### **2.1 Léxico e lematização**

Nos diferentes agrupamentos humanos do mundo inteiro, a expressividade da palavra sempre foi uma materialidade mediadora de valores dos sujeitos, tanto subjetivamente como para com a sociedade que os cercam. É por meio dela que o ser humano configura seu ato categórico, dêitico, de nomeação do mundo; ele a determina, fixando-a, provisoriamente, e, assim, perpetua os diferentes estágios culturais, entre conservação e modificação, mas sempre em diálogo constante. Deste modo, o repertório de palavras formado nas línguas naturais – o léxico – expõe os ideais de distintas comunidades no passar dos tempos, visão esta que nos mostra que estudar o léxico resulta também no ato de regaste cultural. A transfiguração das experiências do universo do discurso é realizada nas palavras e, como consequência, nos leva a análises em diferentes dimensões assumidas por um discurso.

A cultura é espaço de identidade social, visto que nela nós nos apropriamos de disposições de visão de mundo, bem como nos enlaçamos em formas de expressividades desta nossa vivência. E a partir do momento em que o homem conheceu a necessidade de registrar esse conhecimento transcendental num suporte material, vislumbramos o lexicográfico, intermediador de relações sígnico-discursivas.

O léxico pode ser entendido, então, como o registro, o recorte do modo de organização dos dados das experiências, que estão em constante modificação, entre o homem e suas relações com o meio. Léxico e cultura se inter-relacionam dinamicamente e sistematizar tal entremeio pressupõe um conjunto de feixes ideológicos que motivam o trabalho do fazer lexicográfico. A partir de determinadas



concepções sobre língua e linguagem, bem como a partir de determinados desejos compilacionais, o material lexicográfico situará seu plano de dizeres.

No que tange a esse momento, cabe-nos delimitar o ato da lematização, a entrada, o verbete de registro das palavras nos dicionários. Combinando o cenário atual – pelo menos da década de 90 do século XX até agora – dos estudos das línguas indígenas brasileiras com a perspectiva histórica ocidental, podemos contemplar rumos mais adequados, cientificamente, para a elaboração de dicionários bilíngues das nossas comunidades de fala. Dessa maneira, certas inadequações, por exemplo, nas microestruturas<sup>4</sup> de dicionários podem ser remodeladas a partir da crítica histórica das obras lexicográficas do passado. Nossos passos marcam ações mais afinadas, reflexas por analisar as interrogativas e os equívocos das sistematizações anteriores.

### 2.2 Lematização: nosso assunto

Já que nosso assunto tem a ver com dicionários, chamemos uma compilação especializada em termos específicos para começarmos nossas reflexões: no *Dicionário de Termos Linguísticos* (XAVIER e MATEUS, 1992) compreende-se por lematização:

Reagrupamento sob uma forma gráfica representativa de todas as formas que pode apresentar uma mesma unidade de significação lexicográfica (tradicionalmente, palavra simples ou complexa). Assim, o infinitivo é geralmente escolhido para representar as formas do paradigma verbal, enquanto o masculino singular representa o paradigma nominal e o paradigma adjectival (idem, s. v. lematização).

Dessa forma, compreende-se que “lematizar” seja o ato de atribuir a uma única *forma de citação* (LYONS, 1980, p. 20), o *lema* ou *entrada* que encabeça o artigo do dicionário (por exemplo, *cantar*), a várias – se possível – formas de palavra (cantar representa canto, cantei, cantaria, cantemos etc)

---

<sup>4</sup> Por ora, entendamos microestrutura como a sistemática conjuntura de cada explicativa de uma entrada, de um lema, de um verbete.



A conceituação de entrada, lema ou verbete, como nos mostra Werner (1982, p.218), “no se funda en una definición creada por la lingüística moderna, sino en una tradición plurisecular de la lexicografía”<sup>5</sup>. O lema é o termo lexicográfico empregado para fazer referências às entradas lexicais de um dicionário, ou seja, aos itens que representam o léxico nos verbetes. Um dicionário comporta, portanto, um conjunto de lemas. Lematizar será a ação do “encaixar”, do “colocar” itens lexicais na compilação dicionarística.

Iriarte Sanromán (2001) amplia nossa discussão:

O lema (entrada ou vedeta) poderá ser qualquer palavra, conjunto de palavras, signo, letra, conjunto de letras ou signos que encabeça um artigo de dicionário, enciclopédia, índice, ficha, etc., e que é objecto de definição, explicação, tratamento enciclopédico ou, no caso dos dicionários bilíngues, do qual se fornece um equivalente noutra língua.

Não podemos negar a historicidade do “fenômeno dicionário” no que diz respeito a estruturas *lemáticas*. A escolha da entrada lexical é resultado de intensos processos analítico-reflexivos nos sistemas linguísticos, noção esta que não deve ser excluída dos entendimentos construtivos de uma obra dicionarística. Também não se deve deixar influenciar cegamente a respeito da continuidade de certas tradições canônicas sobre estabelecimento de *vocábulos* de uma língua<sup>6</sup>, principalmente quando se diz respeito a línguas que estão sendo descritas, ou mesmo nas divulgações de *relações sêmicas* concebidas em diferentes tempos e lugares.

<sup>5</sup> Tradução nossa: “[a noção de lematização] não se fundamenta numa definição criada pela Linguística moderna, mas sim numa tradição plurissecular da Lexicografia”.

<sup>6</sup> O que é palavra? Que critérios linguísticos podemos considerar para esta determinação? Este assunto ainda é complexo para a Linguística, que nos orienta reflexões, por exemplo, com Sapir (1971). Estudos linguísticos têm demonstrado que a noção de palavra é bastante intuitiva para os falantes nativos, mesmo analfabetos ou falantes de línguas ágrafas, os quais conseguem segmentar o contínuo da fala em unidades a que podemos chamar de palavras. Palavra é a unidade de escrita por excelência, mas não se ajusta às unidades linguísticas de maneira perfeita. Definida do ponto de vista da escrita, a palavra é a unidade de escrita separada por espaço em branco ou delimitada de outra forma. Esse é um ponto que ainda nos trará discussões lexicográficas na próxima seção deste trabalho.



Por isso, Lara (2004, p.146) vai propor uma bifurcação histórica:

A teoria do dicionário requer (...) nutrir-se de duas histórias críticas: uma *história dos dicionários* (por língua; por famílias de línguas; por unidades culturais, como a europeia) e uma *história da lexicografia* (igualmente por línguas, famílias de línguas e unidades culturais, mas também analítica e comparativa) (Grifos do autor).

Enquanto produto social, o dicionário é uma forma de registro orientador de significações mais estabilizantes nas sociedades. Sendo um registro, possui critérios relativos a sua organização. Além deste trabalho lexicográfico-dicionarístico estar apoiado em orientações do domínio linguístico, as maneiras pelas quais os dicionários dispõem sua conjuntura revelam um aspecto funcional do uso deste artefato, isto é, o trabalho lexicográfico-dicionarístico contém demandas ligadas a um foco de determinados usos mais privilegiados da obra.

Distante de classificações que se restrinjam à extensão de um *corpus* selecionado (dicionários de grande e médio porte, pequeno e de bolso), a organização dicionarística está elaborada segundo finalidades específicas de um consulente ideal. Disto podemos inferir, discursivamente, que a obra dicionarística constrói imagens de sujeitos-consulentes não só por meio de uma legenda de procuras (explicações explícitas de consultas na obra), mas sim por meio de sua arquitetônica geral: uma espécie de megaestrutura na relação dialógica com a tradição do fazer/usar dicionários.

Dentro da sistemática da organização de um dicionário, encontramos as demandas da *macroestrutura* e da *microestrutura* deste. Enquanto a *macro* se refere ao todo ‘vertical’ de um dicionário (todo o conjunto de entradas mais os ‘textos externos’ como prefácio, introdução, lista de siglas, resumo gramatical, quadro de verbos irregulares, listagem de nomes antropônimos, cenas de comunicação etc), a *micro* tem a ver com o conjunto ‘horizontal’ de informações ordenadas de cada verbete/entrada (grafia, pronúncia, acentuação ortográfica, classe gramatical, flexões, etimologia,



marcas de uso, explicação e uso do lema, ilustração, sinonímia, antonímia, informações metafóricas, remissivas, gráficos, símbolos entre outros).

A partir destas considerações, exemplifiquemos com cenas de relações entre confecção-uso de dicionários:

1- Num dicionário bilíngue Português-Espanhol/Espanhol-Português encontramos a entrada *salgo*, referente ao verbo *salir* (sair). Como forma irregular da língua espanhola, podemos compreender a importância desta entrada num dicionário na medida em que este se volta para um consulente que busque o caminho da interpretação de formas. Não encontramos, por outro lado, a forma *salga* para esta representação verbal – no caso, uma flexão de subjuntivo. Há, assim, uma indicação tradicional da 1ª pessoa do singular do presente do indicativo para se representar a alomorfia do radical. É um dicionário do tipo passivo na classificação *welkeriana*: a produção dicionarística que tem como alvo um público que se servirá de recursos para a tradução/versão, para a interpretação comunicativa da frase/do texto gera um dicionário receptivo (“passivo”), em oposição a obras com foco na produção de textos.

2- É comum aparecer em dicionários escolares bilíngues, na parte dos ‘textos externos’, figuras ilustrativas de situações convencionais em ambientes particularizados, como, por exemplo, cenas de conversação num aeroporto, numa família, num supermercado. Há uma espécie de intermediário entre o âmbito fonético e ortográfico (um caso como *Uátchi is iór neime?* para *What’s your name?*) que auxilia o consulente a uma espécie de aprendizado. Poderíamos compreender que talvez o consulente ideal fosse um aprendiz, mas também podemos inserir o professor neste lugar, pois este intermedeia processos de aprendizagem.

3- Ao compararmos definições em um dicionário monolíngue de certa língua com um bilíngue desta respectiva língua podemos refletir acerca de distinções sobre o âmbito da constituição da definição e da significação de lemas. Sendo a definição *interpretamen* entre o signo e o significado, as demandas direcionadas a especificidades microssistêmicas recobrirão o trabalho lexicográfico das relações intra e interlinguísticas. Podemos refletir a partir deste quadro analítico sobre sistemas



linguísticos distintos sobre a aquisição/aprendizagem lexical de um sujeito: no movimento de internalização/apropriação de formas de expressividade, os sujeitos mobilizam, por meio de relações de alteridade, processos de identificação vocabular-cultural trazendo para si uma familiarização entre sistemas linguísticos distintos, mas próximos em relação a um filtro afetivo. Isto nos orienta a compreender que as línguas não são amontoados de formas isolados de múltiplos outros sistemas expressivos. Apesar da inscrição estabilizante de um recorte conjuntural de significados, os dicionários, enquanto artefatos, amparam uma necessidade de se disparar feixes de caminhos que constroem uma dimensão da produção de sentidos de uma dada situação.

4- Pensemos numa situação em que uma comunidade indígena de pouca tradição gráfica é consultada por um linguista acerca da possibilidade de uma confecção dicionarística da língua deles. Alguns fatores ligados à produção lexicográfica vêm à cena: a existência e a funcionalidade de uma proposta de ortografia; a articulação ética do trabalho da realização de um dicionário entre sujeitos da comunidade e o lexicógrafo; as maneiras práticas e/ou específicas que as definições dicionarísticas precisam possuir, ou seja, estes pontos indicam que há um conjunto de fatores que delineiam o processo de um dicionário enquanto produto social.

Para aprofundarmos na questão processual de escolhas lexicais para a composição de entradas de um dicionário, repartamos este percurso em dois principais momentos: um panorama reflexivo da *história do dicionário*, e outro da *história da lexicografia*.<sup>7</sup> Neste atual momento, fiquemos com a última proposta panorâmica para desenvolvermos nossas ações.

---

<sup>7</sup> Entendamos que o emprego de “histórias críticas” por Lara (2004) se dá numa perspectiva de afunilamentos culturais, denotando que há uma relação histórica nas ações do fazer dicionarístico e lexicográfico com as “arborizações linguísticas” e os critérios de escolhas para a realização destes feitos. A vertente histórico-crítica acompanha nossas discussões no sentido de buscarmos marcas na história que remontem as dificuldades de relações envolvendo as descrições léxicas e suas configurações no dicionário.



### 2.3 Lematização verbal: tradições históricas

Hwang (2010, p.33) mostra a Lexicografia como a “ciência que tem como objeto de estudo os problemas teóricos e práticos relativos à elaboração e produção de dicionários”. Assim como a Lexicologia, Terminologia e a Terminografia, a Lexicografia é uma das ciências do léxico e este, por sua vez, pode ser entendido como o registro, o recorte do modo de organização dos dados das experiências, que estão em constante modificação, entre o homem e sua comunidade, como já discutimos.

A história lexicográfica da sistematização sobre o fazer lexicográfico, ou seja, a metalexicografia, guarda em si toda uma preocupação com a Teoria do dicionário. Por meio desse levantamento feito pelo referido autor, percebemos como se desenvolveu o que pensamos hoje a respeito da produção de dicionários e todas as repercussões linguísticas que estes geram.

Historicamente, “a prática lexicográfica de produção de dicionários é (...) muito anterior à [sua] consolidação enquanto ciência” (HWANG, 2010, p.33). Assim, o interesse objetivo pelo estudo da atividade lexicográfica é recente: meados do século XX. Porém, como técnica de produção de dicionários, a Lexicografia possui uma longa tradição, bem mais antiga. Um estudo histórico feito por Georges Matoré (1968) revela que a prática lexicográfica é bem mais anterior do que a civilização greco-latina. O autor nos relata descobertas arqueológicas de listas lexicais produzidas no Egito e no Oriente Médio, datando milhares de anos: listas de palavras datadas em 1750 a. C. no Egito; na Mesopotâmia, listas trilíngues do século VII a. C., e tabelas lexicográficas de 4500 a. C..

Essa questão bilíngue (ou mais de duas línguas envolvidas) dos repertórios lexicais ainda não nos dá certa confirmação da configuração de um *dicionário*. Havia um número restrito de lexias que estavam reunidas no intuito de facilitar alguma dificuldade na comunicação e na interação em alguns campos das relações sociais promovidas entre comunidades de diferentes línguas e culturas. Como não se propõe a



descrever sistematicamente o léxico de uma língua, não se trata, portanto, de um dicionário propriamente dito, segundo um conceito moderno.

Conta-nos Hwang (2010) que historicamente quem abre os caminhos para a Lexicografia moderna são os glossários. A origem destes é bastante obscura, porém eles se objetivam em regularizar equivalências entre línguas de distintas comunidades em contato. O aparecimento dos glossários se dá na Antiguidade, estendendo-se por toda Idade Média. Existia um amontoado de anotações a que se nomeava *glosa*. As glosas eram anotações, comentários e explicações didáticas feitas nas entrelinhas e nas margens de textos. O objetivo disto era pormenorizar as dificuldades de leitura ou aprendizagem, além de instruir na interpretação de palavras ou passagens textuais. Da compilação mais elaborada das glosas é que viria dar a sistematização de glossários

O autor prossegue sobre a antiguidade, quando via-se na Grécia a preocupação didática dos eruditos e gramáticos para explicações de passagens literárias, principalmente em passagens de textos homéricos, além do registro de termos dialetais. Seguindo este mesmo caminho, em Roma também foram produzidos glossários e léxicos para os grandes autores literários, além de glossários como elaborações comparativas entre termos específicos do grego para o latim. Já na Idade Média, também por um foco pedagógico, a produção de glossários esteve intimamente ligada às transformações socioeconômicas e políticas que delimitaram o período. A situação do território romano era de conquistas e invasões. Na Europa, o declínio do ensino e a variação-mudança do latim clássico positaram o desenvolver dos falares populares que, destinados ao convívio familiar e uso cotidiano, eram vistos como formas linguísticas corrompidas da língua latina, que no campo da normatividade – os puristas e gramáticos – da época tinha o desígnio de língua perfeita, simbolizando uma tradição cultural e relações universais. À medida que o latim não supre satisfatoriamente às necessidades discursivas das comunidades em grandes transformações, a institucionalização das línguas ditas “vulgares” vai assumindo um importante posto nas vivências dos indivíduos, além das produções literárias, que já vinham anteriores ao século XII. Esses intercâmbios deram uma predisposição a uma situação de



bilinguismo, entre os mais cultos, incluindo a obscuridade do discurso latino. Citando Hwang (2010, p. 37):

(...) podemos considerar, de uma forma geral, que o surgimento dos glossários, assim como das primeiras listas lexicais de que se tem notícia, se deve, em grande parte, às exigências impostas por uma situação de bilinguismo que, segundo Dubois (1971, p. 34), tem um caráter determinante no surgimento histórico dos dicionários de uma forma geral.

Um importante episódio é configurado no século XVI: a passagem desses glossários aos dicionários bilíngues, que aparecem como os primeiros resultados da Lexicografia moderna e como primeiros ensaios de uma descrição sistemática lexical (REY-DEBOVE, 1970, p.19).

Estamos rastreando as ações do passado pautadas nas práticas lexicográficas que, como pudemos acompanhar, possuem temporalidade longínqua.

### 2.4 Como os dicionários lematizam?

As motivações da organização dicionarística moderna dão-se em tempos anteriores ao século XVI. O caráter lexicográfico já vem sendo aportado bem antes a esse período. “Contrariamente ao que se possa pensar o leitor comum, os primeiros dicionários foram bilíngues. (...) Os primeiros dicionários monolíngues produzidos no Ocidente surgem no século XVII”, expõe Hwang (2010, p. 33-34).

Retomando nossa histórica jornada sobre os dicionários, discutimos até o ponto da chegada ao século XVI com a passagem dos glossários a compilações de dicionários bilíngues.

Os repertórios lexicais de diferentes povos dessa época estiveram num contexto de forte expansionismo marítimo-comercial, situação esta que otimizou a proliferação



de tais repertórios, proporcionando um engendrar dos primeiros vocabulários bilíngues de inúmeras línguas da Europa. Aponta-nos Hwang (2010, p. 39) que o construto desses repertórios não se destinava a uma constituição de *corpora* testemunhais de usos léxicos da época, e sim a proporcionar uma facilitação ao estudo das línguas estrangeiras.

Em relação ao “novo continente”, os missionários europeus aqui chegados, produziram repertórios bilíngues que defrontavam as línguas do “velho mundo” com as ameríndias. Marca Hwang (2010, p. 39):

Esses repertórios lexicais não eram resultado de um interesse natural [pelas línguas da América] (...), mas sim por necessidades comunicativas orientadas por uma ação colonizadora que se institucionaliza pelo progresso da catequização. No Brasil, os primeiros dicionários português-tupi foram produzidos pelos missionários jesuítas em meados do século XVI.

Podemos remontar uma outra vertente ocorrida nas produções deste momento: as que configuravam uma acessibilidade ao latim, num caráter protecionista ao uso, perante à “extinção” de tal língua. São obras deste tipo o *Dictionnaire français-latin* (1539), de Robert Estienne<sup>8</sup>, o *Vocabulario español-latino* (1495), de Elio Antonio de Nebrija e o dicionário português-latim (1562) de Jerônimo Cardoso. Sobre estes, coloca-se Hwang (2010, p. 40):

Embora (...) revelem as primeiras manifestações de um interesse pelas línguas maternas, as condições que presidiram a sua produção contribuem para acentuar a precariedade metodológica de sua descrição, uma vez que a nomenclatura desses dicionários era constituída em função do latim. Na verdade, o dicionário de R. Estienne (1539) é uma inversão do seu dicionário *Dictionarium latinogallicum* (1538) e o dicionário de Nebrija (1495) é uma inversão de seu *Diccionario latino español* (1492).

---

<sup>8</sup> Delega-se a este autor a primazia do uso do termo francês *dictionnaire*, como mostra Hwang (2010, p. 40).



Num mesmo intuito de proteção ao passado das línguas ditas “mortas”, o século XVI foi também o século da compilação de *thesaurus*, obras monolíngues que tinham como intenção a descrição dos repertórios lexicais greco-latinos. Posiciona-se Hwang (2010, p.40) que não lhes cabem o título de “primeiras produções da Lexicografia monolíngue moderna porque se destinavam a descrever línguas clássicas e não a língua materna dos usuários aos quais se destinavam”, além de não proporcionarem recursos auxiliares às “necessidades comunicativas concretas de seus usuários”.

São por estes imbricamentos que se compõem os dicionários bilíngues ou multilíngues deste período, numa pré-moldagem semântica instituída “desde a Antiguidade e Idade Média, construída sobre um princípio de equivalência passível de se estabelecer entre as formas de um determinado sistema linguístico e formas simples ou perifrásticas de um outro sistema”. (REY-DEBOVE apud HWANG, 2010, p. 14)

O surgimento dos dicionários monolíngues se dá na mesma esquemática deste princípio. Internamente a um sistema linguístico específico, alteravam-se as descrições que se tinham como equivalentes a outro sistema – caso bilíngue – por enunciados advindos desse sistema.

Os dicionários monolíngues no Ocidente, no século XVII, ganham um importante status nas disposições sociais. É num contexto de firmamentos de identidades nacionais que esta produção bibliográfica ganhará uma função de ser um certificado que torna um povo como um grupo social estável, de inter-relações sócio-políticas e de interesses comuns. É o dicionário como produto dos registros lexicais – linguísticos – uma forma de se caracterizar, de formalizar os Estados modernos, europeus, no caso.

Traz Hwang (2010, p. 41 - 42):

A formação das monarquias nacionais, o interesse econômico e político de consolidar uma soberania nacional e de garantir a expansão de uma política imperialista são elementos importantes para o nascimento entre as novas nações de uma compreensão de si mesmas



enquanto unidades político-econômicas. Esse sentimento de identidade e de unidade política e econômica leva gradativamente a um interesse ideológico pelas línguas nacionais que surgem como instrumentos de representação simbólica do prestígio e do poderio das grandes nações, como formas de legitimação do poder e da cultura dos novos impérios.

Essa restrição a um repertório seletivo, não celebrando a diversidade linguístico-social, se assenta numa já tradição de orientação normativa e purista, proveniente dos séculos antecessores, embasada em concepções de melhores usos sociais da língua. É por meio disso que os *corpora* serão as obras dos escritores canônico-literários.

Maria Helena de Moura Neves, em *A vertente Grega da Gramática Tradicional* (1987), ressalta o planisfério em que se enveredaram, de modo geral, as abordagens desse firmamento cultural das nações europeias, de modo semelhante às medidas linguísticas tomadas pelas relações socioculturais da tradição grega:

Toda uma situação cultural cerca esses fatos. A exigir a instalação de uma disciplina gramatical estão as condições peculiares da época helenística, marcada pelo confronto de culturas e de línguas, e pela conseqüente exacerbação do zelo pelo que se considerava a cultura e a língua mais puras e elevadas (p. 243).

Lara (1997, p. 46) nos mostra que para essa época de configurações das identidades nacionais, os dicionários não denotavam nenhum sentido para a imensa maioria populacional, sendo esta, de fato, analfabeta, tendo serventia apenas como “catálogos simbólicos, representativos, de la calidad del vocabulario literario, restringido por la idea de la lengua imperante, que verdaderas obras de consulta generales”<sup>9</sup>.

De acordo com Quemada (apud Lehmann, 1995, p. 5), no final do século XVII já estão estabelecidas as principais modulações técnicas dos dicionários modernos e,

---

<sup>9</sup> Tradução nossa: “[eram os dicionários mais] catálogos simbólicos, representativos, da qualidade do vocabulário literário, restrito pela ideia da língua dominante, que verdadeiras obras de consulta geral.”



após isso, não condiz em se usar o termo “criações” para tais, e sim “evoluções”, que se deram com transformações graduais, mas com forte recorrência de plágio que, segundo Araujo (2009, p. 14), era uma “prática que não causava qualquer estranheza nem tinha conotação negativa, desde que avocada e manifesta”.

Como já dissemos, o léxico é o registro, o recorte do modo de organização dos dados das experiências, que estão em constante modificação, entre o homem e sua comunidade. Compilar um dicionário bilíngue é se atentar a diversos fatos; uns mais extrínsecos à obra e outros mais intrínsecos. Mas é sem dúvida que devemos analisar em primeira mão o usuário-destinatário da produção. Colocar o usuário em primeiro plano é tornar funcional o trabalho desenvolvido, sempre convergindo análises para que o produto tenha um caráter didático e possuindo o indivíduo-sujeito inserido em sua totalidade<sup>10</sup>.

Ressaltamos o posicionamento epistemológico sintático-semântico (formal-funcional) de Borba (2003, p. 15): “(...) dicionário nunca deverá ser tomado apenas como um simples repositório ou acervo de palavras, ao contrário, deve ser um guia de uso, e como tal, tornar-se instrumento pedagógico de primeira linha”.

Isso ocorre por dois aspectos que o autor evidencia na Lexicografia:

- 1-uma técnica de composição de dicionários;
- 2-uma teoria que procura estabelecer princípios descritivos do léxico (função metalinguística).

Tratando desse assunto sobre a instrumentação didática de um dicionário, encontramos algumas nomenclaturas, segundo a funcionalidade deste. Kromann, Riiber e Rosbach (1984) são autores que difundem as conceituações “dicionário ativo” e “dicionário passivo” para aquelas obras que se destinam à produção e à recepção (ou codificação e decodificação), respectivamente. Porém estes autores não estão se

---

<sup>10</sup> Quemada (1987) chama a atenção para o aparecimento de uma Lexicografia sem fins para a produção de um dicionário, chamando-a de Lexicografia propriamente dita, em oposição à dicionarística.



referindo a foco nos aprendizes, e sim à “grande categoria de usuários que traduzem da língua materna para a língua estrangeira e vice-versa” (p. 207).

Tarp (1995, apud WELKER, 2008) aponta uma diferenciação nos dicionários para aprendizes, classificando em três tipos de produção na Língua Estrangeira (LE) em correlação à Língua Materna (LM): a) tradução LM-LE; b) produção na LE tendo-se pensado parte do texto (palavras ou frases) na LM; c) produção “direta” na LE, ou seja, pensa-se na LE. Essas diferenças se referem aos níveis de competência dos aprendizes (iniciantes, intermediários, avançados), sobre os quais discorre Tarp (2006, apud WELKER, 2008). Sobre essas funções das obras dicionarísticas, Welker (2008) afirma que “são importantes para qualquer usuário, não somente para os aprendizes; mas, mesmo quando os aprendizes de línguas não são mencionados explicitamente nesses trabalhos, as subdivisões interessam também a eles”.

A questão do uso do dicionário pelo consulente é um dos fatores que encaminham toda a estruturação da obra. Podemos pensar em outras questões preliminares que desencadearão a produção lexicográfica, como entendimentos teóricos estruturais na *macroestrutura* de um dicionário (se alfabético, no eixo vertical, de A a Z) e na *microestrutura* deste (eixo horizontal, questões do desenvolvimento de um lexema), mas nos concentramos nas discussões em torno da entrada léxica do dicionário<sup>11</sup>.

Analisando a nossa produção lexicográfica ocidental podemos levantar algumas exemplificações linguísticas adotadas na lematização, com vistas a uma comparação. Na tabela abaixo, com dados de dicionários de ampla utilização, observamos que línguas como português, espanhol e inglês têm o modo infinitivo para a lematização dos verbos e isso pode levar a pensar que esta seria a forma comum para todas as línguas do mundo, tendo-a como uma forma de citação do verbo, que o aproximaria de um nome. Contudo, devido à estrutura de cada língua, o lema pode variar, apresentando-se em

---

<sup>11</sup> Logicamente que algumas dessas questões podem ser incluídas em discussões de lematização. Nosso foco, porém, se concentra na perspectiva histórica da lematização dos dicionários para convergirmos em uma escolha lexicográfica para o juruna.



## Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

forma flexionada, uma vez que não se tem o infinitivo como forma de referência (e por vezes esse modo verbal nem seria identificado na língua). Se assim é para línguas europeias como latim, grego e búlgaro, não deveria causar espanto o fato de um dicionário de uma língua indígena como o navajo ter seus verbos lematizados em forma flexionada.

**Tabela 1: Lematização verbal em algumas línguas**

Língua	Lematização verbal	Dicionário
Português	Infinitivo	Houaiss (2001)
Inglês	Infinitivo	Konder (1982)
Espanhol	Infinitivo	Iriarte Sanromán (2008)
Grego clássico Latim clássico	1ª pessoa do singular do presente do indicativo	Dezotti (2000) Faria (1994)
Búlgaro	1ª pessoa do singular do presente	Drenska (2006)
Navajo	3ª pessoa do singular do presente	Wall e Morgan (2004)

Cada sistematização linguística conserva critérios históricos da língua, além de uma pressão estrutural, certamente pelo fato de a língua trazer consigo um resultado de tradições, que é suscetível de variação e mudança, obviamente. Portanto, para uma produção lexicográfica de uma língua que não possui tradição dicionarística, muitas indagações precisam ser discutidas. O lexicógrafo deverá pensar em suas decisões não se pautando em tradições de prestígio, de línguas conhecidas como as europeias. Deverá adotar critérios em consonância com a estrutura própria da língua. No sistema linguístico dos juruna estamos discutindo a lematização verbal, ou seja, como estarão apresentados os verbos em juruna na obra dicionarística.

Recorrendo aos mais diversos manuais de Lexicografia, livros de Morfologia, ou até mesmo Gramáticas Históricas percebemos que a explicativa de como se deu a determinação da entrada de citação tende ao critério da tradicionalidade da questão. Porém, delimitamos aqui uma necessidade de maiores esclarecimentos a respeito de tal fato, sendo necessária uma pesquisa linguística, para isso, que analisasse as compilações tanto das gramáticas clássicas quanto das anotações de caráter lexicográfico do período



pós-áureo do latim, quando estão se configurando as línguas neolatinas. Por que 1ª pessoa, por que 3ª? É difícil encontrarmos uma explicação estritamente linguística.

Fatos que foram encontrados em nossa pesquisa revelam algumas análises em determinados contextos de sistematizações. A fim de indicarmos certos caminhos analíticos, as produções que configuramos foram a partir das seguintes orientações:

a) *Para a tradição greco-latina clássica:*

Varrão, I a. C., “discípulo direto de gramáticos da escola alexandrina” (SILVA, 1996, p. 19), já costuma referir-se ao verbo, citando-o na primeira pessoa. Esse costume foi mantido pelos gramáticos que vieram depois dele. Exemplificando, vejamos uma passagem de Varrão em que ele trata dos verbos depoentes:

“In his uerbis quae contraria non habent, ut loquor et uenor (...)” (De L. L., VIII, 59)

"Nesses verbos que não têm formas contrárias, como loquor e uenor (...)"<sup>12</sup>

Porém o gramático latino, que mantém tradições, não é o primeiro – se assim pudermos remontar – a sistematizar esta citação. É na “mais antiga gramática conhecida, a *Tékhne Grāmmatikē*” (BORGES NETO, 2009 p. 4)<sup>13</sup>, de Dionísio de Trácia (ou Dionísio Trácio), que temos uma primeira forma de registro. É considerada por Lyons (1979, p. 12) como a “primeira descrição ampla e sistemática publicada no mundo ocidental”.

Mário Eduardo Viaro, em prefácio a uma edição da obra *Gramática Histórica da Língua Portuguesa* (SAID ALI, 2001), em que situa a vida e as produções do notável filólogo brasileiro Said Ali, menciona que quando este comentava sobre o livro *Lexicologia do português histórico* (1921), teria dito: “é a psicologia elemento essencial

<sup>12</sup> Referência como Varro (1910). Agradecemos a João Batista Toledo Prado pela indicação da passagem do texto e sua tradução.

<sup>13</sup> Arquivo digital: < [http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para\\_download/flexao.pdf](http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/para_download/flexao.pdf)>. Acesso em 13 de julho de 2012.



## Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

e indispensável à investigação de pontos obscuros”. Tal “conselho” mostra como o estudioso, acostumado a “revirar” o passado histórico da língua, ratifica um posicionamento investigativo que transcende o linguístico.

Suscitando esta questão, tentemos remontar às concepções psicológicas das vivências dos sujeitos do mundo clássico dos gregos, partindo do período chamado pré-socrático e alcançando suas extensões. Sabemos, por exemplo, que é Platão, filósofo grego do século V – IV a. C, que enreda a distinção entre *substantivo* e *verbo*.

Percebemos que “filosofia” é um ato sistemático que está intrinsecamente ligado ao mundo grego após uma leitura mítica do universo. Essa “nova” forma de ver do mundo faz parte da convergência de inúmeros fatores, como geográficos, econômicos, sociais e políticos, que condicionaram a condição de um “milagre grego” para uma manifestação da racionalização.

Usemos o que o livro *Pré-Socráticos* (1991) nos mostra a respeito do fazer filosófico:

QUE TERÁ LEVADO o homem, a partir de determinado momento de sua história, a fazer ciência teórica e filosofia? Por que surge no Ocidente, mais precisamente na Grécia do século VI a.C., uma nova mentalidade, que passa a substituir as antigas construções mitológicas pela aventura intelectual, expressa através de investigações científicas e especulações filosóficas? (SOUSA, 1991, p.4)

É justamente com essa sistematização racional em que a filosofia se embasou nas suas origens. Chamamos de “pré-socráticos” os filósofos que antecedem a Sócrates, obviamente. Sócrates é um dos mais importantes ícones da tradição filosófica. A essa classificação propriamente dita sobre “pré”-socrática, a distinção com o que não seria “pré” ocorre devido ao *objeto* de filosófico, em relação à novidade introduzida por Platão, e não por uma cronologia, visto que, temporalmente, alguns dos denominados pré-socráticos são contemporâneos a Sócrates, ou mesmo posteriores a ele.

Enquanto os pré-socráticos se constituíram de indagações sobre a *physis* – o físico, a natureza, a constituição –, buscando uma genealogia firmada na matéria, a



sofística – desenvolvimento posterior – se fixa no homem e nas suas potencialidades, tendo a máxima “ ‘O homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são’, [como] afirma Protágoras de Abdera, exprimindo o relativismo da sofística” (PESSANHA, 1987, p. 22).

É nessa Paidéia, nesse "processo de educação em sua forma verdadeira, a forma natural e genuinamente humana" (JAEGER, 2001) da Grécia antiga, que as relações humanas vão sendo realizadas, uma vez que a própria governança de si próprio era muito valorizada por eles. Podemos aliar *ethos* (hábitos) com *psikhé* (“mentalidade”).

Não é de se estranhar, sendo assim, que se há uma necessidade de determinação de um modelo paradigmático a se encabeçar nas sistematizações, que esta seja centrada no homem, no indivíduo, no *ego*, “eu”, a primeira pessoa do discurso.<sup>14</sup>

### b) Para a tradição neolatina:

Os *glossários*, como vimos, abrem as portas para a Lexicografia moderna. Há uma obra do século XII d. C. que se dedica às relações de ensino do latim, como língua da escola, e não mais como língua de comunicação generalizada: a *Doctrinale puerorum*, de Alexandre Villedieu. Obras de igual relação intermediária no ensino, como a anterior, visando à sistematização formal, registrada, da mudança linguística são as de Walter de Bibbesworth - gramática francesa do século XIV – e de Sylvius – século XV, também uma gramática francesa (SILVA, 1996).

Por estas bases, é de ainda ser alegado que as determinações do infinitivo como lema verbal ocorreram anteriormente aos modelos de Port Royal.

Tratando-se da língua portuguesa, gramáticas como as de Gandavo (1536), João de Barros (1540) já trazem o infinitivo como lema. Os dicionários de Antonio de Moraes Silva (1813) e de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) já trazem a lematização infinitiva. É de se atentar perante os estudos dos repertórios linguísticos de Jerônimo

---

<sup>14</sup> Grimal (1993) e Jones (1997) são obras que nos auxiliam na compreensão do mundo clássico.



Cardoso (1562), e de seu percussor, na língua espanhola, Nebrija (1492), que influenciou nas estruturações das gramáticas de língua portuguesa.

O que delimitamos em *a* e *b* foi uma coletânea a ser devidamente investigada com maiores aprofundamentos. Perpassamos por elas já que nos deparamos com tais interrogativas históricas a respeito da lematização verbal. Isso não esgota o assunto, pois, por um viés comparativo de línguas, haveria muito ainda a ser discutido, sendo estas considerações apenas um início de reflexão.

### 2.5 Bases das reflexões lexicográficas para a elaboração de um dicionário de língua indígena juruna-português: o caso da lematização verbal

Lara (2004) coloca que para uma proposta de “lexicografia descritiva útil” haveria “núcleos de importância” a serem tomados, citando quatro:

a) o que trata os métodos de construção de um sistema de escritura para o dicionário e o papel que pode ter, nesse sistema, a ortografia com relação ao sistema fonológico da língua em questão e os diferentes graus de abstração que possam ser construídos no sistema para aproximá-lo a uma tradição histórica ou para derivar uma língua de cultura supra-dialetal; b) o que trata da construção da entrada do dicionário como representação canônica da unidade *vocabulo*, que, por sua vez, se forja a partir dos critérios de reconhecimento da *palavra* pelos falantes, e o conjunto de indicações morfológicas e sintáticas que separam os *lemas* do dicionário; c) o que trata dos métodos etnológicos de obtenção do significado das palavras; d) o que trata das diferentes provas de inteligibilidade mútua entre os falantes de dialetos diferentes, bem como os diversos fenômenos de lealdade dialetal, que identifiquem o tratamento requerido às variedades dialetais e ajudem a definir o aspecto normativo final do dicionário (LARA, 2004, p. 150-151).

Na tradição europeia, as línguas foram, entre trancos e barrancos, tentando fixar uma ortografia, a princípio com inspiração na fonética. Atribui-se, posteriormente, à escrita constituída um importante papel de neutralização da variação dialetal, para a possibilidade de comunicação ampla, ao não privilegiar uma pronúncia apenas por ser



um sistema convencional e não representativo tal qual uma transcrição fonética. Com o passar do tempo, podemos perceber hoje que a escrita de línguas como o português e o francês, entre tantas, possui um grande distanciamento das realizações fonéticas e mesmo do sistema fonológico. Fato devido a variações, que sempre ocorreram, e a mudanças, por vezes em curso. Além disso, a ortografia não é a própria leitura, é uma chave que ajuda a decodificar um sistema linguístico (CAGLIARI, 1989).

Para comunidades ágrafas, a criação de uma escrita nem sempre foi tranquila, por ter sido no passado fruto de imposição de missionários, mais voltados à catequização que interessados em estudos científicos de sistemas de escrita. Contudo, recursos de análises fonológicas tornam uma proposta de escrita mais eficiente, desde que ouvidos os falantes da língua, com seus anseios e justas reivindicações. Portanto, hoje, um linguista não imporia um sistema de escrita, mas sim apresentaria opções de letras, para serem discutidas pela comunidade, com vistas à constituição de uma ortografia (FARGETTI, 2012; 2006).

Um exemplo que configure a importância das bases fonológicas para a construção da ortografia de uma língua pode ser verificado em juruna, na palavra *txutxurũ*. Todas as vogais desta palavra são nasais, porém o sinal de nasal apenas se dá na última vogal. O motivo está no sistema linguístico. Analisando fonologicamente esse sistema percebe-se que a vogal intrinsecamente nasal seria sempre a última, com espraçamento à esquerda da nasalidade, que tem bloqueio no constituinte morfológico (para uma discussão detalhada a respeito, veja-se FARGETTI, 2008). Assim, marca-se na escrita apenas a nasal fonologicamente relevante, numa economia de sinais que colabora para o melhor emprego do sistema de escrita.

A problemática aqui abordada sobre a escrita da entrada do verbo em juruna (lema) se refere a três itens, que passamos a abordar a seguir: a) marcação de pessoa, b) reduplicação verbal e c) modos *realis* e *irrealis*.

a) Marcação de pessoa



A marcação de pessoa ocorre de maneira específica nas diferentes línguas do mundo. Ela pode ter hierarquias de marcação pronominal no verbo, com ora o objeto, ora o sujeito marcado, havendo regras para isso, portanto. Línguas tupi-guarani, em especial, apresentam a dificuldade de ter prefixos verbais, trazendo reflexões sobre lematização verbal: uma forma flexionada e próxima do uso, ou uma forma mais abstrata? Ou seja, nos dicionários de tais línguas, os verbos deveriam constar em sua forma flexionada e portanto mais próximos do uso cotidiano, ou deveriam aparecer não flexionados, em uma apresentação abstrata para o falante da língua? Fargetti (2015) reflete sobre esta questão, embora focalizando a marcação de pessoa em nomes:

In indigenous languages, there is a problem to think in lemmatization: some of them have inalienable nouns, which always must have person marking; for example, we cannot say “foot”, but “my foot, your foot, etc”, and this possessive is generally an inflectional prefix. If there isn’t “foot” in the language, but always an inflected word, with a prefix, how it could be lemmatized in the dictionary? Inflating a letter, at the beginning of all inalienable words, being consistent in a choice of a person, like “my..”, always in the same way? Changing the person marking, sometimes “my..”, sometimes “your..”, “our..” ? Which is the argument to make a choice? It could be possible to find an inalienable word in the dictionary? It could be possible to know the difference with an alienable word? <sup>15</sup>

Estas reflexões nos apontam o caminho de escolher a forma não flexionada de um verbo, sem afixos de marcação de pessoa, uma vez que, flexionado em uma pessoa única, todo verbo iniciaria com uma única letra, o que inflacionaria a letra na obra, impedindo de se diferenciar os verbos entre si. Para o juruna, ocorre marcação de pessoa no verbo transitivo, quando o objeto esteja em forma pronominal, ou seja, quando não

---

<sup>15</sup> Tradução nossa: “Em línguas indígenas, há um problema para pensar em lematização: algumas possuem nomes inalienáveis, que sempre devem ter marca de pessoa; por exemplo, não podemos dizer “pé”, mas “meu pé, seu pé, etc”, e esse possessivo é geralmente um prefixo flexional. Se não existe “pé” na língua, mas sempre uma palavra flexionada, com um prefixo, como poderia ser lematizada no dicionário? Inflacionando uma letra, no começo com todas as palavras inalienáveis, sendo consistente com a escolha de uma pessoa, como “meu”, sempre na mesma forma? Mudando de marcação de pessoa, ora “ meu”, ora “seu”, “nosso”...? Qual é o argumento para fazer a troca? Seria possível encontrar uma palavra inalienável no dicionário? Seria possível saber a diferença com relação a uma palavra alienável?”



corresponda a um sintagma nominal. Ele então será marcado no verbo, e na partícula de dativo, por um clítico, como no exemplo abaixo:

- (1) apĩ      u=atxu    u=be  
cachorro 1s=morder 1s=dat  
“O cachorro me mordeu” (FARGETTI, 2007, p. 113)

Caso o objeto seja um sintagma nominal, não há marcação de pessoa no verbo:

- (2) apĩ      perumã    atxu  
cachorro macaco morder  
“O cachorro mordeu o macaco” (FARGETTI, 2007, p. 217)

Desta forma, o verbo pode ser lematizado em juruna sem a marcação de pessoa, em uma forma abstrata, porém, em comparação com os nomes inalienáveis, mais familiar para o consulente do dicionário que seja falante da língua.

### b) Reduplicação verbal

A reduplicação é um processo, como o próprio nome já diz, referente a um caráter de duplicação de formas em um contexto. Ela implica em geral na ocorrência de um efeito de sentido. No caso de BATE-BATE, QUEBRA-QUEBRA e CORRE-CORRE é notável a percepção de repetição, de encadeamento de eventos, uma sucessão, em formas que podem ser consideradas *lexias complexas*, constituintes unos que não comportam inserção de novos elementos entre suas partes (algo seria agramatical como \*BATE-UM POUCO-BATE).<sup>16</sup>

Um exemplo clássico a ser notado é, na língua grega antiga, a formação do perfeito.

---

<sup>16</sup> Veja-se Biderman (2001)



## Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

Tabela 2: Verbo *lelyka*: perfeito do verbo *lyo*, soltar

Reduplicação	Radical	Terminação
le-	ly-	-ka

No sistema verbal grego, mais sobressalente que o valor de tempo é o valor de aspecto. O perfeito em grego indica o resultado atual de uma ação passada; é uma espécie de presente, que é durativo. Nesta noção, se usássemos uma frase como *O macaco mordeu o cachorro*, colocando o verbo no perfeito, indicaríamos um acontecimento passado, mas que perdura até o presente momento da enunciação: o macaco mordeu o cachorro e este está *ainda* com a mordida.

Assim, no exemplo do grego: *lyo*: “soltar”; *lelyka*: “eu estou solto” (fui solto e continuo solto no presente momento de enunciação – reforço, ênfase no foco de “estar solto”, “ainda estar solto”)

A reduplicação também ocorre em onomatopeias, na língua portuguesa. Neste caso temos novamente uma lexia complexa. Por exemplo: QUERO-QUERO (nome que damos ao pássaro devido seu canto). Há muitos nomes de pássaros por onomatopeias em reduplicação, também no juruna e em outras línguas, embora não tenhamos um estudo comparativo a respeito. Couto (2000; 1999) tem estudos sobre a reduplicação em português, bem como nos crioulos de origem portuguesa.

Suzi Lima (2008) aponta que a questão da reduplicação tem sido associada à questão da pluralidade e ao modo da realização do evento. Segundo ela: “[...] igualmente importante para a compreensão dos fenômenos sintáticos e semânticos das línguas Tupi, principalmente no que compete à quantificação, é a duplicação” (LIMA, 2008, p. 143).

Como o juruna pertence às línguas do tronco tupi, esta questão está em voga. A autora cataloga algumas explicações sobre o que a literatura das línguas indígenas tem associado à reduplicação. Esquematizemos alguns exemplos:





Nesse segundo caso há uma pluralização de um argumento que está relacionado ao objeto. Ocorre reduplicação verbal também via infixação:

- (5) Una ese-djidak-a  
1s 2p-bater-irr “Eu vou bater em vocês” (LIMA, 2008, p. 145)

Neste outro caso vemos que um dos argumentos está pluralizado, porém o verbo não duplica.

- |     |                      |   |
|-----|----------------------|---|
| (6) | Una yaekua tese      | João Maria yaekua-kua                   |
|     | 1s recordar 3p       | João Maria recordar –red-               |
|     | “Eu recordei deles”  | “João recordou de Maria (várias vezes)” |
|     | (LIMA, 2008, p. 161) | (LIMA, 2008, p. 161)                    |

A ocorrência agora é que há dois argumentos da sentença que são singulares e o verbo duplica. Contudo, houve novamente reduplicação por sufixação, que claramente se relaciona à pluralidade de eventos. Podemos perceber que a pluralidade de argumentos e a reiteração de processos são indicados por reduplicação. Suzi Lima (2008) aprofunda-se na discussão sobre a reduplicação dos verbos remetentes à marcação de eventos fazendo uma ressalva sobre a *duplicação lexicalizada*, isso quer dizer, verbos que cuja forma já é duplicada na origem, portanto nunca são encontrados sem a reduplicação na raiz. Exemplos:

**Tabela 4:** Alguns verbos em juruna duplicados na forma léxica.

Verbo em português	Verbo em juruna	Segmentação do verbo duplicado
Espirar	axi'axi	<b>axi-axi</b>
Mentir	yaridjaridja	<b>yaridja-ridja</b>
Engatinhar	txitxiku	<b>txi-txi-ku</b>

Gritar	azahaha	azaha-ha
Mexer	ikukutu	iku-kutu

Isso, porém, não corresponde à grande maioria dos verbos na língua juruna, sendo mais generalizada a questão da duplicação em determinadas situações contextuais para se indicar pluralidade de argumentos e de eventos, como dito anteriormente.

A questão que se coloca então para a lematização seria seguir ou não a intuição de jovens juruna que escrevem verbos reduplicados de forma separada, como duas palavras (como em IKU KUTU, YAEKUA KUA etc). De nosso ponto de vista, esta segmentação não se justifica, uma vez que um verbo reduplicado constitui um único constituinte, ainda mais em uma língua em que a parte reduplicada quase nunca corresponde ao verbo completo como temos em português (BATE-BATE, PULA-PULA), mas sim se refere a porção de sílabas relacionada a alternância de tom (cf. FARGETTI, 1997). Assim, vemos as formas reduplicadas como palavras únicas, sem mesmo um hífen a separá-las na escrita.

c) Modos *realis* e *irrealis*

Para a distinção entre modo e modalidade, Palmer (1986) pontua:

The distinction between mood and modality is then similar to that between tense and time, gender and sex. There are, however, some problems concerning both terminology and the nature of mood and the way it relates, or is seen to relate, to modality. First, the term ‘mood’ is traditionally restricted to a category expressed in verbal morphology. It is formally a morphosyntactic category of the verb like tense and aspect, even though its semantic function relates to the contents of the whole sentence. (...) Yet modality is not expressed in all languages within the verbal morphology. It may be expressed by modal verbs (which are at least still within the verbal element of the



sentence) or by particles which may well be quite separate from the verb (PALMER, 1986, p. 21).<sup>17</sup>

Podemos entender deste debate a existência de duas modalidades (categoria semântico-formal) básicas entre os elementos morfológicos, sintáticos, prosódicos e lexicais, e a atitude do falante perante a validade do conteúdo fixado no enunciado: a *realis* e a *irrealis*. É a partir destes dois polos que se constroem escalas de certeza e incerteza, suposição, condição, necessidade, exigência, possibilidade ou impossibilidade de acontecimento de uma determinada realidade.

Em juruna, observamos no verbo a categoria de modo com sufixos, a categoria de aspecto como partículas e a não marcação do tempo, que pode ser inferido por advérbios e/ou pelo contexto (FARGETTI, 2007). Verifica-se sobre o modo:

- *Realis*: situações que estão ocorrendo ou que já ocorreram → | -u |
- *Irrealis*: refere-se às demais situações (a futuridade, por exemplo), como hábitos gerais → | -a | . (FARGETTI, 2007)

Vejamos um grupo de exemplos em juruna:

(7)	Idja wĩ Mulher chegar 'a mulher chegou/chega'	Kahukade idja wĩ-a amanhã mulher chegar-irr 'amanhã a mulher chegará'
(8)	Idja ali izaku Mulher menino ver	Txihe idja ali izak-a depois mulher menino ver-irr

<sup>17</sup> Tradução nossa: “A distinção entre modo e modalidade é então semelhante àquela entre tempo gramatical e tempo cronológico, gênero e sexo. Existem, no entanto, alguns problemas relativos tanto à terminologia quanto à natureza do modo e à maneira como se relaciona, ou parece se relacionar, com a modalidade. Primeiro, o termo “modo” é tradicionalmente restrito a uma categoria expressa em morfologia verbal. É formalmente uma categoria morfossintática do verbo como tempo e aspecto, mesmo que sua função semântica esteja relacionada ao conteúdo de toda a sentença. (...) No entanto, a modalidade não é expressa em todas as línguas dentro da morfologia verbal. Pode ser expressa por verbos modais (que estão pelo menos ainda dentro do elemento verbal da sentença) ou por partículas que podem estar bem separadas do verbo.”



	‘a mulher vê/viu o menino’	‘depois a mulher verá o menino’
(9)	Ali apĩ izaku Menino onça ver ‘o menino viu/vê a onça’	Ali apĩ izaka-zaka menino onça ver-red ‘o menino sempre vê a onça’

Pela apreensão dos elementos significativos desse grupo chegamos às formas de oposição futuridade *versus* não-futuridade indicadas, respectivamente, pelo *irrealis* e pelo *realis*, e também a possibilidade de aspecto habitual. Este tipo de aspecto é indicado pela reduplicação sufixal, que exige o verbo em sua forma *irrealis*.<sup>18</sup>

Posto isto, podemos corroborar com os estudos morfossintáticos de Fargetti (2007) que em juruna é o *realis* o modo menos marcado – não acompanha formas mudadas pela reduplicação verbal e, em verbos com terminação diferente de | -u |, o *irrealis* se forma em geral pelo acréscimo do sufixo | -a |, o que mostra ser forma marcada. Assim, para a lematização, optamos pela forma *realis* dos verbos. Este critério pode ser pensado em consonância com a tradição dicionarística, que opta pela forma de citação do verbo, em que se apresente com menor variabilidade.

### Conclusão

Podemos concluir resumindo as posições assumidas para a lematização de verbos na língua juruna:

- a marcação de pessoa, por meio de clíticos em próclise, não deve ser realizada em verbos transitivos.

<sup>18</sup> O sentido de habitual também pode ser obtido pela partícula *anana* posposta ao verbo, que então ficará no *realis*.



- verbos, em sua origem reduplicados, devem ser marcados como formas unas, sem separação gráfica na porção reduplicada; os demais verbos não terão lemas reduplicados.

- escolhido o sufixo de modo *realis* e não o de *irrealis*.

Estas decisões foram amplamente argumentadas no texto e podem contribuir para o pensamento sobre o fazer lexicográfico em línguas com pouca tradição de escrita e mesmo não dicionarizadas ainda, em especial, as línguas indígenas brasileiras.

### Lista de abreviações utilizadas:

1s	primeira pessoa singular
2s	segunda pessoa singular
2p	segunda pessoa plural
1p (excl.)	primeira pessoa plural exclusivo
red	reduplicação
irr	irrealis
	morfe

### Referências

ANGOTTI, Mary Lourdes de Oliveira. **A causativização em Munduruku: aspectos morfo-sintáticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998 (dissertação de mestrado).

ARAUJO, Paulo Mario Beserra de. **Hum diccionario sem autor versus hum ‘autor’ com diccionario**. Rio de Janeiro: NON EDICTANDI, 2009.

BARROS, João de 1540. **Grammatica da lingua Portuguesa**. Olyssipone: Apud Lodouicum Rotoriguī Typographum. Edição fac-similada publicada por Buescu 1971.

BIDERMAN, Maria Teresa Camargo. **Teoria lingüística** (Teoria lexical e lingüística computacional). 2ªed., São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de Dicionários: uma introdução à Lexicografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

BORGES NETO, José. Algumas reflexões sobre os modelos morfológicos tradicionais. In: REZENDE, Letícia Marcondes; SILVA, Bento Carlos Dias da; BARBOSA, Juliana



Bertucci (org.). **Léxico e gramática: dos sentidos à construção da significação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009 (Série Trilhas Linguísticas; 16).

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1989.

CARDOSO, Jerônimo. **Dictionarium ex Lusitanico in Latinum sermonem**. Lisboa, 1562

COUTO, Hildo Honório do. A reduplicação nos crioulos portugueses. In: D'ANDRADE, Ernesto; MOTA, Maria A.; PEREIRA, Dulce (Org.). **Crioulos de base lexical portuguesa**. Lisboa: Associação Portuguesa de Lingüística, p. 61-80, 2000.

COUTO, Hildo Honório do. A reduplicação em português. **Lusorama**, 40, p. 29-40, 1999.

DEZOTTI, Maria Celeste Consolin. **Miniléxico Grego-Português**. Araraquara, 2000.

DRENSKA, Margarita. **Dicionário de Português-Búlgaro**. Porto: Porto Editora, 2006.

FARGETTI, Cristina Martins. Kinship and some lexicographic issues In: **Planning non-existent dictionaries**. 1 ed. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa/Universidade de Aveiro, v.1, p. 134-142, 2015.

\_\_\_\_\_. Dicionários de línguas indígenas e questões de prosódia. In: Cristina Martins Fargetti. (Org.). **Abordagens sobre o léxico em línguas indígenas**. 1ed. Campinas: Curt Nimuendaju, p. 65-80, 2012.

\_\_\_\_\_. Nasalidade na língua juruna. **Amérindia** (Paris), v. 32, p. 269-281, 2008.

\_\_\_\_\_. Breve histórico da ortografia da Língua Juruna. In: **Estudos da Língua(gem)**. v. 3, p. 123-142. Vitória da Conquista, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estudo fonológico e morfossintático da língua Juruna**. Munique: LINCOM Europa, 2007

\_\_\_\_\_. Re-re-reduplicação em Jurúna, **Actas de las III Jornadas de Lingüística Aborígen**, Buenos Aires: UnBA, 1997

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino-português** .6.ed. Rio de Janeiro: FAE, 1994

FERREIRA, Carlos Eduardo da Silva. **Lematização verbal em juruna: discussões lexicográficas**. Unesp, 2012 (monografia de conclusão de curso)

GALLUCIO, Ana Vilacy. **The morfosyntax of Makéns (Tupi)**. Chicago. The University of Chicago, 2001 (tese de doutorado).

GANDAVO, Pero de Magalhães de 1574. **Regras qve ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa, com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua**. Em Lisboa: Na officina de Antonio Gonsalvez. Edição fac-similada da 1ª. edição, com introdução de Maria Leonor Carvalhão Buescu 1981. Lisboa: Biblioteca Nacional.



GOMES, Dionei Moreira. Duplicação verbal em Munduruku. In: CABRAL, Ana Suely . A . C e RODRIGUES, Aryon D. **Línguas e culturas Tupi**. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2007.

GRIMAL, Pierre. **A civilização romana**. São Paulo: Edições 70, 1993

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HWANG, Álvaro David. Lexicografia: dos primórdios à nova Lexicografia. In: HWANG, Álvaro David; NADIN, Odair Luiz (orgs). **Linguagens em interação III: Estudos do léxico**. Maringá: Clichetec, 2010. p. 33-44.

IRIARTE SANROMÁN, Álvaro **Dicionário de Espanhol-Português**. Porto: Porto Editora, 2008

IRIARTE SANROMÁN, Álvaro. **A Unidade Lexicográfica. Palavras, Colocações, Frasesmas, Pragmatemas**. Braga: Centro de Estudos Humanísticos-Universidade do Minho, 2001.

JAEGER, Werner Wilhelm, 1888-1961. **Paidéia: a formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. 4ª Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JONES, Peter V (org). **O mundo de Atenas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

KONDER, Rosa W. **Longman English Dictionary for Portuguese Speakers**. Rio de Janeiro: Longman e Ao Livro Técnico, 1982

KROMANN, Hans-Peder; RIIBER, Theis; ROSBACH, Paul. ‘Active’ and ‘Passive’ Bilingual Dictionaries: The Sčerba Concept Reconsidered. In: HARTMANN, R. R. K (ed.), **LEXeter ’83 Proceedings**. Tübingen: Niemeyer, 1984. p. 207-215.

LARA, Luis Fernando. **Teoría del diccionario monolíngüe**. México, DF: El Colegio de México, 1997.

\_\_\_\_\_. O dicionário e suas disciplinas. Tradução por Cleci Regina Bevilacqua. In: ISQUERDO, Aparecida N.; KRIEGER, Maria da G. (org.). **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. Volume II. Campo Grande: UFMS, 2004.

LEHMANN, Alise. Présentation. **Langue Française**. Montrouge, n. 106, 1995. p. 3-7.

LIMA, Suzi de Oliveira. Duplicação, supleção, afixação e alternância verbal nas línguas Tupi: pluraridade de sintagmas nominais ou de eventos? In: **Afinal, o que, nós, lingüistas, fazemos?** Seleção de textos proferidos durante o IX Encontro dos Alunos de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de São Paulo. Suzi Oliveira de Lima (Org.). São Paulo: Paulistana Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. **A estrutura argumental dos verbos na língua Juruna (Yudjá): da formação dos verbos para a análise das estruturas sintáticas**. São Paulo: USP, 2008 (dissertação mestrado).

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: C. E. N., 1979.



## Web - Revista SOCIODIALETO

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019

Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)

- MATORÉ, Georges. **Histoire des dictionnaires français**. Paris: Larrousse, 1968.
- MORAES SILVA, Antonio de. **Diccionario da Lingua Portuguesa**. 2. ed. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1813.
- NEBRIJA, Antonio. **Grammatica de la lengua castellana**. 1492. (Editado por QUILIS, Antonio. Madrid: Editora Nacional, 1984).
- NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- PALMER, Frank Robert. **Mood and Modality**. Cambridge : Cambridge University Press, 1986
- PESSANHA, José Américo Motta (seleção textual). **Platão, Xenofonte e Aristófanés**. São Paulo: Nova Cultural, 1987 (Coleção “Os Pensadores”).
- PICANÇO, Gessiane Lobato. **Munduruku: phonetics, phonology, synchrony, diachrony**. The University of British Columbia, 2005 (tese de doutorado).
- PINTO, Luís Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Ouro Preto: Tipografia de Silva, 1832
- QUEMADA, Bernard. Notes sur la lexicographie et dictionnaire. In: **Cahier de lexicologie** 51(2) pp. 229-242, 1987.
- REY-DEBOVE, J. Le domaine du dictionnaire. In: La lexicographie. **Langages**, n.19, p. 3-34, sept. 1970
- SAID ALI, Manoel. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo/Brasília: Melhoramentos/UnB, 2001.
- SAPIR, Edward. **A linguagem**. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1971.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- SOUSA, José Cavalcante de. **Os Pré-Socráticos**. São Paulo: Ed. Ática, 1991 (Coleção “Os Pensadores” vol. I).
- VARRO, Marcus Terencius. (GOETZ, Georgius; SCHOELL, Fridericus. (eds.)) **Varronis De Lingua Latina quae supersunt**. Leipzig: Ed. G. Goetz. et F. Schoell. 1910.
- XAVIER, Maria Francisca e MATEUS, Maria Helena Mira. (org.) **Dicionário de Termos Linguísticos, II**. (Associação Portuguesa de Linguística & Instituto de Linguística Teórica e Computacional). Lisboa: Cosmos, 1992.
- WELKER, Herbert Andreas. Lexicografia pedagógica: definições, história, peculiaridades. In: XATARA, Claudia; BEVILACQUA, Cleci; HUMBLÉ, Philippe (org.). **Lexicografia pedagógica pesquisas e perspectivas (2008)**. p. 9 – 45. Arquivo digital: <<http://www.cilp.ufsc.br/LEXICOPED.pdf>>. Acesso em 12 de julho de 2012.



## **Web - Revista SOCIODIALETO**

Núcleo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - NUPESD  
Laboratório Sociolinguístico de Línguas Não-Indo-europeias e Multilinguismo - LALIMU

**ISSN: 2178-1486 • Volume 9 • Número 27 • Maio 2019**

**Ano Internacional das Línguas Indígenas (ONU)**

WALL, Leon e MORGAN, William. **Navajo-English Dictionary**. Nova York: Hippocrene books, 2004.

WERNER, Reinhold. La unidad léxica y el lema. In: HAENSCH, Günther.; WOLF, Lothar; ETTINGER, Stefan.; WERNER, Reinhold. **La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982. p. 188-232.

Recebido Para Publicação em 02 de agosto de 2019.

Aprovado Para Publicação em 28 de agosto de 2019.